

**A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA EAD: CONCEPÇÕES, DESAFIOS E  
PROTAGONISMO DISCENTE**

**UNIVERSITY EXTENSION IN EAD: CONCEPTIONS, CHALLENGES AND  
STUDENT PROTAGONISM**

Recebido em: 16/07/2023

Aceito em: 23/08/2023

Tatiana Helma Wagner<sup>1</sup> 

Valdilson Aparecido Lopes<sup>2</sup> 

Gerson Luiz Buczenko<sup>3</sup> 

**Resumo:** O objetivo geral do presente trabalho é assentar o conceito de extensão universitária, diante das diversas interpretações existentes no meio acadêmico. Da mesma forma, como objetivos específicos definiram-se: analisar o conceito de extensão universitária; avaliar o caminho percorrido pela extensão universitária no Brasil, de sua implementação à curricularização. A indagação de pesquisa que moveu o presente trabalho se deu da seguinte forma: a implementação da curricularização da extensão universitária na educação EAD apresenta uniformidade de concepções? Entre os autores que estruturam o presente trabalho estão Thiollent, Imperatore e Santos (2022), Severino (2007), entre outros. A metodologia de pesquisa se deu por meio da pesquisa bibliográfica e documental, tendo como fio condutor a visão crítico dialética (GAMBOA, 2012). Ao final, verifica-se que a implementação da curricularização da extensão universitária na educação superior presencial e EAD não apresenta uniformidade de concepções, condição que se reflete na forma como a mesma é implementada não só no currículo, como também na interação com a comunidade e no protagonismo discente.

**Palavras-chave:** Educação; Protagonismo; Curricularização.

**Abstract:** The general objective of this work is to establish the concept of university extension, in view of the different interpretations existing in the academic environment. Likewise, as specific objectives were defined: to analyze the concept of university extension; evaluate the path taken by university extension in Brazil, from its implementation to curriculum. The research question that moved the present work was as follows: does the implementation of the curricularization of university extension in distance education education present uniformity of conceptions? Among the authors who structure the present work are Thiollent, Imperatore and Santos (2022), Severino (2007), among others. The research methodology was based on bibliographical and documental research, having as a guiding principle the dialectical critical view (GAMBOA, 2012). In the end, it is verified that the implementation of the university extension curriculum in face-to-face higher education and distance learning does not present uniformity of conceptions, a condition that is reflected in the way it is implemented not only in the curriculum, but also in the interaction with the community and in student protagonism.

**Keyword:** Education; Protagonism; Curriculum.

<sup>1</sup> Centro Universitário Internacional Uninter. Professora – Tutora. E-mail: tatiana.w@uninter.com

<sup>2</sup> Centro Universitário Internacional Uninter. Professor - Tutor. E-mail: valdilson.l@uninter.com

<sup>3</sup> Centro Universitário Internacional Uninter. Coordenador de Curso Superior de Tecnologia. E-mail: gerson.b@uninter.com

## INTRODUÇÃO

A extensão universitária, há tempos, vem sendo confundida com cursos de pequena duração, cursos livres, entre outros, e ainda, para muitos o diferencial é a sua oferta por uma instituição universitária. Esse dilema se abrigou também nas próprias instituições universitárias, quando se ofertam cursos intitulados como “extensão universitária” sem qualquer contrapartida diferente do pagamento ou frequência por parte do público discente ou comunidade.

Dessa forma, diante do contexto de implementação da curricularização da extensão, por força de normativa estabelecida pelo Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação (MEC/CNE) no ano de 2018, insere-se o presente trabalho com o objetivo geral de assentar o conceito de extensão universitária, diante das diversas interpretações existentes no meio acadêmico. Da mesma forma, como objetivos específicos definiram-se: analisar o conceito de extensão universitária; avaliar o caminho percorrido pela extensão universitária no Brasil, de sua implementação à curricularização.

Sabe-se que existem diversas interpretações sobre a atividade de extensão, principalmente, quanto à atuação do público discente. Para alguns, basta acompanhar os docentes em atividade de campo, totalmente organizada pela instituição de ensino superior. Para outros, a simples frequência ao curso ofertado, como já afirmado, é suficiente para a entrega de um certificado de curso de extensão universitária. Condição que nos leva ao debate sobre o conceito de extensão.

## METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa se deu por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental (SEVERINO, 2007), na condição de instrumentos de coleta de dados, somando-se a experiência de docentes do ensino superior, que estão atuando na implementação da atividade de extensão em Cursos Superiores de Tecnologia em Instituições de Ensino Superior (IES) voltadas à EAD.

Segundo Severino (2007, p. 122) a pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, com base em pesquisas anteriores realizadas e em documentos impressos e no formato online como Livros, Artigos, Monografias, Dissertações, Teses. Utiliza-se também de dados ou categorias já, devidamente analisados e aprofundados em estudos teóricos realizados por outros pesquisadores nos textos publicados. Em relação à

pesquisa documental, destaca o Autor que o termo documento é concebido em conceito amplo, abrangendo também outros tipos de documentos como jornais, fotografias, filmes, gravações, documentos legais, que não tiveram ainda algum tipo de tratamento, considerados, assim, matérias-primas, ponto de inicial para a análise por parte do pesquisador.

O fio condutor do processo se deu por meio enfoque crítico-dialético que busca compreender o fenômeno em estudo em seu caminhar histórico, bem como de suas relações com outros fenômenos que somam diretamente ao movimento do real em análise. “O conhecimento crítico do mundo e da sociedade e a compreensão de sua dinâmica transformadora propiciam ações (práxis) emancipadoras” (GAMBOA, 2012, P. 191).

## **DO CONCEITO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**

Voltando-se ao conceito de extensão (DICIO, 2022), verifica-se que a etimologia da palavra nos traz que em sua origem, a mesma “deriva do latim "extensio,onis", do verbo latino "extendere", que significa aumentar, dilatar”. Do mesmo dicionário temos a descrição que se trata de uma palavra substantiva, feminina, que tem por significado “Ação ou efeito de estender, de ampliar, de aumentar o desenvolvimento ou o tamanho de algo [...]”.

Assim, compreendida em sua origem/etimologia a extensão, a nosso ver, simboliza também um espaço ampliado do meio universitário, ou seja, a continuidade do processo de debate sobre o conhecimento explicitado em sua relação teórico-prática, junto à comunidade e dentro de sua realidade socio-loco-regional.

O conceito de extensão também é abordado por Thiollent (2022, p. 38) ao colocar que

[...] a extensão também é uma construção ou (re)construção de conhecimento, envolvendo, além de universitários, atores e públicos com culturas, interesses, níveis de educação diferenciados. A construção extensionista não está limitada aos pares; abrange uma grande diversidade de públicos externos com os quais é preciso estabelecer uma interlocução para identificar problemas, informar, capacitar e propor soluções.

Assim, percebe-se que o conceito de extensão universitária segundo o Thiollent (2022) vem a provocar a ampliação das ações da Universidade, ou seu equivalente, na comunidade/sociedade, com interações constantes e trocas que levam ao debate, reflexão e ações com o objetivo de propor soluções e enfrentamentos aos problemas vivenciados pela comunidade. Momentos também de forte interação entre teoria e prática, com uma riqueza de

conhecimentos e experiências de vida proporcionados ao público universitário. Nesse sentido, Albuquerque (2013, p. 137) “apud” Imperatore (2019, p.170), afirma que

o sentido recente de extensão implica associá-la ao “fazer-saber” e ao “saber-fazer”, do que se depreende um processo sistemático de ação-reflexão e reflexão na ação lastreado por múltiplas aprendizagens (formação acadêmica e profissional, promoção e desenvolvimento humano, compromisso social). Por intermédio da extensão, o desvelamento da realidade, segundo o autor, promove um processo de tomada de consciência, progressiva, crítica e criativa, acerca do homem, do meio e da relação recíproca homem-meio.

Voltando-se o olhar para a normatização da extensão universitária, em seu último instrumento legal, ou seja, a pela Resolução MEC/CNE nº7, de 18 de dezembro de 2018 (BRASIL, 2023) que vem a determinar que a extensão universitária seja inserida no currículo universitário, verifica-se de imediato a preocupação do Conselho Nacional de Educação por meio da Câmara de Educação Superior em definir também um conceito de extensão universitária, registrando-o no Art. 3º do referido instrumento normativo que diz:

A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (BRASIL, 2023).

Assim, corroborando-se com os conceitos anteriormente explorados, verifica-se que há uma certa tonicidade no sentido de se evidenciar a necessidade de interação entre o ambiente universitário e suas instituições junto a outros setores da sociedade, sem descuidar da importância do ensino e da pesquisa. Nesse sentido Severino (2007, p. 33) se posiciona ao afirmar que “a prática da extensão deve funcionar como cordão umbilical entre a Sociedade e a Universidade, impedindo que a pesquisa prevaleça sobre outras funções, como função isolada e altaneira na sua proeminência”.

Dessa forma, foram explicitados alguns conceitos de extensão universitária, bem como o instrumento normativo que vem a reforçar um entendimento e priorizar, além da necessária conexão da Universidade com a sociedade, o protagonismo do público discente, na aplicação dos conhecimentos em sua realidade loco-regional. A seguir, reflete-se sobre os principais desafios colocados à Universidade em relação à aplicação efetiva da extensão universitária, além de sua curricularização.

## A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA EAD E SEUS DESAFIOS

A retomada da extensão universitária, conforme preconizada pela Resolução MEC/CNE nº7 (BRASIL, 2023), com a devida inserção no currículo do ensino superior, compondo no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular dos cursos de graduação, integrando-se de forma efetiva na matriz curricular, vem a suscitar inicialmente o debate sobre o que é extensão universitária, condição abordada na seção anterior.

Além disso, também se faz necessário analisar um breve histórico sobre a implementação da extensão universitária no país (QUADRO 1), que sinaliza alguns aportes que a educação brasileira recebeu com o passar do tempo. No entanto, é importante destacar que segundo Nogueira (2001, p. 58) “apud” Oliveira e Goulart (2015) as primeiras manifestações da

extensão universitária brasileira surgem em 1911 sob a influência do modelo europeu e estado-unidense. Destacamos aqui as ações ocorridas na Universidade Popular da antiga Universidade de São Paulo com o teor político da extensão europeia e as “atividades de extensão voltadas para a prestação de serviços na área rural, levando a assistência técnica aos agricultores”, ocorridas na Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa e na Escola Agrícola de Lavras, em Minas Gerais, baseada na extensão norte-americana.

Logo em seguida, temos a assunção do Governo de Getúlio Vargas, descontinuando a hegemonia política dos Estados de Minas Gerais e São Paulo. A seguir, o país defronta-se com o período Ditatorial (1964-1985) que traz inúmeros reflexos na sociedade brasileira e, em especial, na Educação.

Entretanto, a primeira referência legal à extensão universitária realizada em universidades brasileiras pode ser encontrada no Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931, que trata do Estatuto das Universidades Brasileiras [...] a extensão Universitária assume um caráter de divulgação da universidade por meio da prestação de serviços em detrimento de sua postura política, como previam as universidades populares. Observamos aqui a primeira fase/face da extensão universitária brasileira: a prestação de serviços (OLIVEIRA; GOULART, 2015, p. 12).

Após o processo de reabertura política, houve a permanência de ações e de entendimentos do que venha a ser a extensão universitária, condição que passa a ser repensada a partir da Resolução MEC/CNE nº7 de 2018 (BRASIL, 2023), exigindo-se novos posicionamentos e até mesmo, uma revisão conceitual do que vem a ser a extensão universitária de forma efetiva.

QUADRO 01 – HISTÓRICO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA

ANO	LEGISLAÇÃO - PERÍODO	ATO/AÇÃO	TENDÊNCIA
1931	Decreto nº 19.851/31	Instituiu o Estatuto das Universidades Brasileiras - Art. 9º: “A extensão universitária destina-se à difusão de conhecimentos filosóficos, artísticos, literários e científicos, em benefício do aperfeiçoamento individual e coletivo.”	Assistencialista e difusionista
1961	Lei nº 4.024, 1961, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.	Legitima a extensão como atividade acadêmica. Obs. O primeiro Plano Nacional de Educação, em 1962, mantém-se omissivo em relação à extensão.	Conotação político-social materializada para além da universidade, através do Serviço de Extensão Cultural– SEC, do Movimento Cultura Popular – MCP, do Centro Popular de Cultura – CPC e da Universidade Volante – UNE Volante.
1964	Ditadura Militar	Concepção funcionalista de Extensão Universitária.	Prestação de serviços sob a determinação, orientação, censura e vigília do Estado
1968	Ditadura Militar - Reforma Universitária	Universidades passam a atuar e a repensar as formas em que poderão conceber suas políticas e ações ultrapassando suas práticas assistencialistas, de difusão do conhecimento ou meramente mercantis.	As instituições de ensino superior ressignificam seu papel e responsabilidade em relação ao futuro do país. E, se veem capazes de repensar sua missão.
1980	Ditadura Militar – Abertura Política	Princípio da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão	A extensão é pensada para além de sua compreensão costumeira de disseminar conhecimentos ou prestação serviços
1985-2014	Abertura política	Uma concepção processual e orgânica da extensão é assumida pelas IES, com o intuito de promover sua projeção social.	Permanecem práticas assistencialistas, difusionistas, de complementação curricular, prestação de serviços, de responsabilidade

			social, publicização de resultados da pesquisa, de transferência tecnológica e venda de serviços/captação de recursos, além de programas e projetos na acepção mais coerente de extensão.
2018	Resolução CNE/CES nº 7/2018.	Diretrizes para a extensão brasileira.	Definem-se os fundamentos da extensão: a) presença de três atores: discentes, docentes, comunidade; b) protagonismo acadêmico nas atividades/projetos; c) clareza de objetivos de aprendizagem; d) sistematização do processo avaliativo. Atividades de extensão são as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante independentemente da modalidade escolhida, desde que atendidos os fundamentos elencados.

**Fonte:** Thiollent, Imperatore e Santos (2022).

Assim, muitos docentes do ensino superior, bem como seus gestores trazem à baila uma concepção de extensão utilitarista ou ainda, de prestação de serviços à comunidade. Outros reafirmaram posição em ter a extensão universitária atrelada a cursos sem qualquer contrapartida do público discente. Dessa forma, é muito comum o uso do nome extensão universitária para tudo o que o meio acadêmico proporciona ao público discente e à comunidade em geral. Instalou-se ou, já estava presente, certa confusão conceitual do que vem a ser realmente a extensão universitária.

Essa condição também traz certa resistência do público discente, uma vez que se consolidou a ideia de que um curso de extensão é meramente uma exposição de conteúdos

com a entrega posterior de um certificado, ou ainda, o acompanhamento de um docente a uma atividade de campo, sem qualquer protagonismo por parte daqueles que o acompanham na atividade. É comum também, a presença de cursos de extensão ofertados em plataformas de IES presencial e EAD, confundidos de forma primária com cursos de curta duração ou de formação continuada.

Dessa forma, entre os desafios que esse novo entendimento vem trazer estão: um repensar sobre a cultura organizacional das IES; corrigir entendimentos errôneos do público docente e discente sobre a extensão universitária; rever estruturas físicas e de pessoal que compõem Programas de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão de IES presenciais e EAD, de caráter público e privado; entre outros desafios de ordem conceitual. Em termos estruturais, para o ensino presencial não há muitas novidades, além do novo entendimento e ainda, da necessidade de um docente que venha a acompanhar, orientar e supervisionar a aplicação da extensão universitária. Em relação ao ensino a distância existe componentes pontuais que serão vitais para a devida execução da extensão universitária como: polo de apoio presencial (PAP) próximo ao Aluno e com estrutura mínima para suporte às atividades a serem desenvolvidas; a presença do docente - orientador educacional no PAP; a presença de um docente designado para orientações, acompanhamento e avaliação da aplicação/intervenção realizada pelo público discente; plataforma virtual que possibilite a utilização por parte do público discente e, se necessário, como apoio para a intervenção junto à comunidade, além do suporte para postagens de documentação, vídeos, imagens que venham a servir de comprovante da aplicação/intervenção realizada; respeito e conhecimento das questões loco-regionais que venham a envolver o discente e sua proposta de intervenção; suporte virtual de docentes tutores para o esclarecimento de dúvidas do público discente antes, durante e depois da intervenção junto à comunidade.

Nesse momento, cremos que se faz necessário resgatar os objetivos do ensino superior em sua tradição, ou seja, de formar: profissionais de diferentes áreas do conhecimento por meio do ensino/aprendizagem de habilidades e competências técnicas; cientistas mediante a disponibilidade de métodos e conteúdo de conhecimento das diversas especialidades do conhecimento; cidadãos, por meio do estímulo à tomada de consciência por parte do estudante, despertando-o para o sentido de sua existência histórica, pessoal e social (SEVERINO, 2007, p. 22). Ainda, segundo o mesmo Autor, o compromisso maior da

Universidade em seu sentido “*latu sensu*”, funcionária do conhecimento, é de “prestar serviço à sociedade no contexto da qual ela se encontra situada”.

Em síntese, entende-se que por meio da prática e teoria (*práxis*) a universidade, por intermédio de seus alunos e docentes, leva à comunidade ao qual está inserida (comunidade beneficiada), o conhecimento teórico, podendo através deste explicar muitas situações e fenômenos presentes no dia a dia da população, dessa forma disseminando o conhecimento acadêmico. E juntando o conhecimento teórico com o conhecimento empírico da comunidade, resulta na qualificação por completa dos cidadãos (PINHEIRO; NARCISO, 2022).

Assim, para cumprir esse compromisso a Universidade desenvolve atividades que lhe são próprias como o ensino, pesquisa e a extensão, sendo a pesquisa, em função da natureza do âmbito universitário seu ponto básico de apoio, porém, também de sustentação das tarefas de ensino e extensão.

É assim que a própria extensão universitária deve ser entendida como um processo que articula o ensino e a pesquisa, enquanto interagem conjuntamente, criando um vínculo fecundante entre a Universidade e a sociedade, no sentido de levar a esta a contribuição do conhecimento para sua transformação. Ao mesmo tempo que a extensão, enquanto ligada ao ensino, enriquece o processo pedagógico, ao envolver docentes, alunos e comunidade num movimento comum de aprendizagem, enriquece o processo político ao se relacionar com a pesquisa dando alcance social à produção do conhecimento (SEVERINO, 2007, p. 24).

Dessa forma, um reposicionamento conceitual e a sua devida aplicação, além de necessários na realidade educacional brasileira, são fundamentais para garantir a “formação integral do jovem universitário, investindo-o pedagogicamente na construção de sua nova consciência social” (SEVERINO, 2007, p. 36). Ganha corpo também a perspectiva do protagonismo do público discente, em razão não só do planejamento e propositura da atividade extensionista, mas, essencialmente, de sua aplicação na comunidade na qual está inserido, conhecendo e reconhecendo a importância das questões loco-regionais e proporcionando inúmeros ganhos para o mundo acadêmico e para a comunidade como um todo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final, verifica-se a importância de se assentar o conceito de extensão universitária, valorizando a atuação das IES e, por conseguinte, do protagonismo do público discente ao aplicar e interagir com a comunidade em sua realidade loco-regional, criando-se um caminho

de troca de saberes, da observação do movimento do real com vias de pensar uma perspectiva emancipatória, que dá vida às indagações e as respostas obtidas junto à comunidade, diante do cenário social tão carente, nas mais diferentes regiões do país.

Da mesma forma, para a educação à distância, diante de sua presença espalhada no território brasileiro advém uma responsabilidade ainda maior, em função das implicações que a correta execução da atividade extensionista exige e que, por outro lado, pode demonstrar também o potencial de transformação social que a educação a distância representa em nosso país.

Em relação à indagação de pesquisa que moveu o presente trabalho verifica-se que a implementação da curricularização da extensão universitária na educação superior presencial e EAD não apresenta uniformidade de concepções, condição que se reflete na forma como a mesma é implementada não só no currículo, como também na interação com a comunidade e no protagonismo discente.

E, ao final do presente trabalho, defende-se que a extensão universitária deve valorizar a ação do público discente junto à comunidade/sociedade, na devolutiva dos conhecimentos teórico-profissionais e na efetiva troca de saberes, sedimentando a importância da relação teoria e prática no ensino superior, bem como a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão com um foco especial no processo emancipatório.

## REFERÊNCIAS

BRASIL (2023). Ministério da Educação (MEC). **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_RES\\_CNECESN72018.pdf](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf) . Acesso em: 21 fev. 2023

DICIO. **Dicionário online de português**.

Disponível em: <https://www.dicio.com.br/extensao/>. Acesso em: 23 fev. 2023.

GAMBOA, Sílvio Sánchez. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. 2.ed. Chapecó: Argos, 2012.

IMPERATORE, Simone Loureiro Brum. **Curricularização da extensão: experiência da articulação extensão-pesquisa-ensino-extensão como potencializadora da produção e aplicação de conhecimentos em contextos reais**. Rio de Janeiro : Gramma, 2019.

OLIVEIRA, Fernanda; GOULART, Paulo Martins. **Fases e faces da extensão universitária: rotas e concepções.** Rev. Ciênc. Ext. v.11, n.3, p.8-27, 2015. Disponível em: [https://ojs.unesp.br/index.php/revista\\_proex/article/view/1225/1165](https://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/1225/1165). Acesso em: 06 mar. 2023.

PINHEIRO, Jonison Vieira; NARCISO, Christian Silv. **A importância da inserção de atividades de extensão universitária para o desenvolvimento profissional.** Revista Extensão & Sociedade. V. 14, n. 2. jun./nov., 2022.

Disponível em:

file:///C:/Users/92007368/Downloads/A+IMPORT%C3%82NCIA+DA+INSER%C3%87%C3%83O+DE+ATIVIDADES+DE+EXTENS%C3%83O+UNIVERSIT%C3%81RIA+PARA+O+DESENVOLVIMENTO+PROFISSIONAL.pdf. Acesso em: 28 fev. 2023.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

THIOLLENT, Michel. **Construção do conhecimento e metodologia da extensão.** In: Michel THIOLLENT, Michel; IMPERATORE, Simone; SANTOS, Sonia Regina Mendes dos (Org.). Extensão Universitária: concepções e reflexões metodológicas. Curitiba: CRV, 2022.